

do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto:

Quadro de sargentos OPCOM:

SMOR OPCOM RES-QPfe (004490-D) Júlio Manuel de Brito Vintém, CRMOB.

Conta esta situação desde 1 de Setembro de 2005.  
Transita para o ARQC desde a mesma data.

1 de Setembro de 2005. — Por delegação do Comandante de Pessoal da Força Aérea, após delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Director de Pessoal, *Victor Manuel Lourenço Morato*, MGEN/PILAV.

**Despacho n.º 3112/2006 (2.ª série).** — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o militar em seguida mencionado passe à situação de reforma, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 159.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto:

Quadro de sargentos MELECA:

1SAR MELECA RES-QPfe (016763-A) Carlos Manuel Batista Inácio, CRMOB.

Conta esta situação desde 4 de Setembro de 2005.  
Transita para o ARQC desde a mesma data.

5 de Setembro de 2005. — Por delegação do Comandante de Pessoal da Força Aérea, após delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Director de Pessoal, *Victor Manuel Lourenço Morato*, MGEN/PILAV.

**Despacho n.º 3113/2006 (2.ª série).** — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o militar em seguida mencionado passe à situação de reforma, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 159.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto:

Quadro de sargentos SAS:

SMOR SAS RES-QPfe (010567-J) José Manuel Lopeso, CRMOB.

Conta esta situação desde 6 de Setembro de 2005.  
Transita para o ARQC desde a mesma data.

6 de Setembro de 2005. — Por delegação do Comandante de Pessoal da Força Aérea, após delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Director de Pessoal, *Victor Manuel Lourenço Morato*, MGEN/PILAV.

#### Repartição de Pessoal Civil

**Despacho n.º 3114/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 20 de Janeiro de 2006 do director de Pessoal da Força Aérea, interino, foram nomeados, precedendo concurso, na categoria de assistente administrativo especialista, do quadro geral de pessoal civil da Força Aérea, os assistentes administrativos principais, do mesmo quadro, abaixo indicados, ficando exonerados do lugar anterior, com efeitos reportados à data do despacho de nomeação:

Maria Guilhermina Glória Nina Trindade de Oliveira.  
Maria Madalena Lopes Figueiredo e Azevedo.  
Maria da Conceição de Paula Varandas.  
Esmeralda Isabel Ferreira Teixeira Marques Elisa.  
Maria Alves da Silva Pereira.  
Maria da Conceição da Silva Ribeiro Esteves.  
Raquel da Piedade Antunes.  
Maria de Fátima Mendonça Barbosa Reis Marques.  
Ana Paula Marques Santos.  
Maria Odete Marques Gonçalves Santos Silva.  
António Manuel Duarte Moreira Pinto Maria.  
Adília Ramos Poças.  
Maria da Conceição Freire Monteiro Baptista.  
Virgínia Maria Loureiro Ferreira Nunes Costa.  
Benvinda Maria Delgado.  
Manuel Augusto Calvo Pires.  
Esmeralda Maria Domingos Martins.  
Maria Luísa Gabriel Dinis Ferreira Pinto.  
Florinda Maria Ferreira Gomes Botelho Soares.  
Ana Maria Carvalho Morão Ferreira da Silva Nobre.  
Evelisa Sameiro Amorim Pereira.  
Hortênsia Rosa da Silva Alves Roque.  
Isabel Marta Lopes Pinto.  
Maria Fernanda Coroca Guerreiro Cardoso.

Maria José de Sousa Videira.  
Maria Elvira Rocha Pereira da Costa Mendes Janeira.  
Elizabete Maria dos Santos Rodrigues Cascais.  
Maria Cristina Soares Lorga.  
Maria Fernanda de Azevedo Lima Lopes.  
Elisabete Gonçalves Corceiro da Costa.  
Guilherme Rodrigues dos Santos.  
Mário Duarte Lopes.  
Maria Helena Mendes Marcelo Ribeiro.  
Ana Paula Mendes Berto Olivença Galindro.  
Helena Maria Florêncio Zambujal Santos.  
Luís Filipe Marques.  
Glória Lopes de Campos Leitão.  
Nuno João Lajoso Mondego.  
Maria Celeste Rodrigues Ferreira Pires.  
Adriana Maria da Costa Rosa Coelho Alves.  
Maria Clara das Neves Balancho Monteiro.  
Amália Fonseca Lourenço Felício Ferreira.  
Fernanda Cristina Ferreira Araújo de Sousa.  
Maria Manuela de Oliveira Teixeira.  
Maria Isabel Baptista Veloso Antunes.  
Paula Maria Ribeiro Rei Cardoso.  
José Luís Rei Chefe.  
José Augusto Baptista Rocha.  
Maria dos Anjos Couto Pereira Soares.  
Lídia Maria Marques do Carmo Carvalho.  
Maria Izilda Rodrigues Rosa.  
Mercindo da Conceição Damas Comprido.  
Maria da Graça Gomes Barbosa.  
Ana Maria dos Santos Monteiro.  
Natália Ribeiro Aguiar.  
Maria de Fátima Bernardo Guerra Marques Tiago.  
Jorge Carlos de Freitas Dinis.  
Marlen Adam Issa de Castro Rocha.  
Maria Susana Agostinho da Silva Pereira Antunes.  
Luísa Maria Dinis Gil Soares da Silva Meneses.  
Dulce Amanda Marques Vital dos Santos Antunes.  
Maria Rita Leitão Patrício de Barros.  
Maria José Salgado Serrano.  
Maria Adelaide Almeida Bicho.  
Filipina Madeira Chambel Borrego.  
Maria de Lurdes Basílio Seça Caeiro.  
Maria Luísa Simões Vieira Timóteo.  
Elvira Soares da Silva.  
Cecília Gomes dos Santos Caldeira Malcata.  
Maria da Luz Gomes dos Santos Monteiro.

20 de Janeiro de 2006. — O Chefe da Repartição, *Manuel Estalagem*, TCOR/TPAA.

**Despacho n.º 3115/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 16 de Janeiro de 2006 do director de Pessoal da Força Aérea, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo comandante do Pessoal da Força Aérea, por delegação do CEMFA, conforme publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 31, de 6 de Fevereiro de 2004:

Maria Adelina Mesquita Fernandes Afonso, Inês da Conceição Rodrigues da Silva Penida, Ana Sofia dos Santos Ferreira Ruano, Jorge António de Seia Ferreira, Ricardo Miguel Ramos Candeias, Mónica Isabel Ranhola Nunes, Irene Maria Rosas Marrafa Dias dos Santos, Luís Manuel Jordão Afonso, Natália Maria Pires Martins Nobre Tibúrcio e Lénia de Fátima Amado Ferreira, agentes administrativos — nomeados provisoriamente, precedendo concurso interno geral de ingresso, no quadro geral de pessoal civil da Força Aérea na categoria de empregado de mesa.

25 de Janeiro de 2006. — O Chefe da Repartição, *Manuel Estalagem*, TCOR/TPAA.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça

**Despacho n.º 3116/2006 (2.ª série).** — Nos termos das disposições conjugadas dos n.ºs 5 e 6 do artigo 68.º e do n.º 2 do artigo 69.º, da Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro, atento o parecer favorável do Conselho Superior da Magistratura, autorizo a remuneração de dois quintos do seu vencimento à licenciada Maria dos Prazeres Rodrigues da Silva, juíza de direito, actualmente em exercício na Vara Mista de Braga, pelo exercício em acumulação com as de juiz de direito

no Tribunal Judicial da Comarca de Vila Verde, no período compreendido entre 29 de Março e 15 de Julho de 2005, com excepção do período das férias judiciais.

31 de Janeiro de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

**Despacho n.º 3117/2006 (2.ª série).** — Nos termos das disposições conjugadas dos n.ºs 5 e 6 do artigo 68.º e do n.º 2 do artigo 69.º, da Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro, republicada pela Lei n.º 105/2003, de 10 de Dezembro, atento o parecer favorável do Conselho Superior da Magistratura, autorizo a remuneração de um quinto do seu vencimento à licenciada Ana Cristina de Almeida Gomes Moreira Wallis de Carvalho, juíza de direito do Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, por acumulação das suas funções com as de juiz de direito nas Varas Criminais de Lisboa, no período compreendido entre 2 de Fevereiro e 13 de Julho de 2005, com exclusão das férias judiciais.

31 de Janeiro de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

**Despacho n.º 3118/2006 (2.ª série).** — Nos termos das disposições conjugadas do n.º 6 do artigo 63.º e do n.º 4 do artigo 64.º, da Lei n.º 47/86, de 15 de Outubro, na redacção introduzida pela Lei n.º 60/98, de 27 de Agosto, atento o parecer favorável da Procuradoria-Geral da República, autorizo a remuneração de dois quintos do vencimento à licenciada Maria Manuela Gil Esteves Fernandes Pereira, procuradora-adjunta nos Juízos Criminais de Lisboa, por acumulação de funções no Departamento de Investigação e Acção Penal de Lisboa no período compreendido entre 1 de Outubro e 31 de Dezembro de 2004, com exclusão das férias judiciais.

31 de Janeiro de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

#### Directoria Nacional da Polícia Judiciária

**Despacho n.º 3119/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 23 de Janeiro de 2006 do Ministro da Justiça:

Licenciado João Carlos Vieira Carreira, coordenador superior de investigação criminal, escalão 2, do quadro da Polícia Judiciária, a exercer, em comissão de serviço, o cargo de director do Departamento Central — nomeado, em comissão de serviço, director nacional-adjunto da mesma Polícia.

Licenciado João Pina Gomes Almeida, coordenador de investigação criminal, escalão 4, do quadro da Polícia Judiciária — nomeado, em comissão de serviço, subdirector nacional-adjunto da mesma Polícia.

Licenciado Vítor Manuel Rodrigues Alexandre, coordenador superior de investigação criminal, escalão 4, do quadro da Polícia Judiciária — nomeado, em comissão de serviço, subdirector nacional-adjunto da mesma Polícia.

Licenciado José Maria de Almeida Rodrigues, coordenador de investigação criminal, escalão 4, do quadro da Polícia Judiciária, a exercer, em comissão de serviço, o cargo de director nacional-adjunto — nomeado, em comissão de serviço, subdirector nacional-adjunto da mesma Polícia.

Mestre Ilda Maria Ribeiro Pação, especialista superior, escalão 5, do quadro da Polícia Judiciária, a exercer, em comissão de serviço, o cargo de subdirector nacional-adjunto — nomeada, em comissão de serviço, directora de departamento da mesma Polícia.

(Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Janeiro de 2006. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domíngos António Simões Baptista*.

#### Instituto Nacional de Medicina Legal

**Deliberação n.º 172/2006.** — Por ter vago o lugar da área científica de Ortopedia/Traumatologia do Conselho Médico-Legal, a que se refere a alínea e) do artigo 8.º dos Estatutos do Instituto Nacional de Medicina Legal, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 96/2001, de 26 de Março, o conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal deliberou, em reunião de 13 de Janeiro de 2006, nos termos do disposto no artigo 5.º, n.º 1, alínea m), daqueles Estatutos, ouvido o conselho científico da Faculdade de Medicina de Coimbra, nomear o Prof. Doutor Jacinto Manuel de Melo Oliveira Monteiro membro

do Conselho Médico-Legal para a área referida. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Janeiro de 2006. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Bernardes Tralhão*.

#### Instituto de Reinserção Social

**Aviso n.º 1525/2006 (2.ª série).** — *Lista de classificação final dos candidatos ao concurso interno de acesso geral para provimento de 237 lugares vagos na categoria de técnico superior principal de reinserção social, da carreira técnica superior de reinserção social, do quadro do Instituto de Reinserção Social, aberto por aviso publicado no Diário da República de 9 de Novembro de 2004.* — Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e após ter sido dado cumprimento ao estabelecido nos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, faz-se público que, por despacho da presidente do Instituto de Reinserção Social de 30 de Dezembro de 2005, foi homologada a acta referente à classificação final dos candidatos ao concurso acima referenciado.

A lista classificativa será afixada a partir da publicação do presente aviso, nos serviços centrais e nas direcções regionais.

Da presente lista de classificação final cabe recurso para o membro do Governo competente, nos termos e no prazo estabelecidos no n.º 2 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

9 de Janeiro de 2006. — O Presidente do Júri, *José Ricardo Marques Silva Nunes*.

### MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

**Despacho conjunto n.º 164/2006.** — A sociedade Pelicano Investimento Imobiliário, S. A., pretende realizar um projecto designado de Loteamento do Pinheirinho, no concelho de Grândola, freguesia de Melides, numa área que está inserida nos limites do sítio PTC0034 Comporta-Galé, incluído na 1.ª fase da proposta da Lista Nacional de Sítios da Rede Natura 2000, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de Agosto.

O concelho de Grândola, que abrange a área de 805,40 km², com cinco freguesias, insere-se numa região de debilitado desenvolvimento económico, resultante do envelhecimento populacional, da desertificação do território e da carência de emprego.

Por outro lado, o concelho de Grândola desfruta de uma elevada riqueza em termos de património natural e paisagístico, apresentando inequívocas potencialidades do ponto de vista de uma actividade turística de grande qualidade, nomeadamente a vasta extensão da costa atlântica, a diversidade paisagística, a excelência do estuário do rio Sado e o património cultural da região.

Pese embora as evidentes potencialidades, o concelho de Grândola apresenta ainda uma reduzida oferta de estabelecimentos hoteleiros, uma vez que, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), existem actualmente nesta vasta zona apenas oito empreendimentos turísticos (um hotel, três hotéis-apartamentos, uma moradia turística, duas pensões e uma albergaria), representando uma capacidade de alojamento total de 980 camas.

Em termos de procura turística, registaram-se, em 2004, cerca de 127 000 dormidas em estabelecimentos hoteleiros, predominando o mercado nacional, que absorveu cerca de 90 % das dormidas.

O projecto em apreço, pelas suas dimensões e pelas suas características, mas também pelo facto de ocorrer num quadro global de desenvolvimento turístico da Costa Alentejana, tal como configurado no Plano Regional de Ordenamento do Território do Litoral Alentejano (PROTALI), aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 26/93, de 27 de Agosto, em que se prevê a instalação naquela zona de um conjunto de empreendimentos turísticos de elevada qualidade e de serviços e equipamentos complementares, implica necessariamente uma alteração do perfil e do posicionamento da oferta turística da região.

O número de unidades de alojamento de qualidade superior, envolvendo hotéis e aldeamentos turísticos de 5 estrelas, campos de golfe e outros equipamentos complementares, constitui uma profunda melhoria em termos da qualidade da oferta turística da região, susceptível de captar novos mercados turísticos com elevados padrões de exigência.

Por outro lado, a oferta de serviços e equipamentos complementares dirige-se a segmentos da oferta em claro crescimento em termos inter-